



Concurso Interno de Ingresso
Carreira de Inspetor Superior dos Serviços Centrais do ISS, IP

Prova Escrita de Conhecimentos

1 de junho de 2013

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES

- ✓ Esta Prova é constituída por um caderno de questões com 22 páginas e um caderno de respostas com 4 páginas.
- ✓ O bilhete de identidade/cartão de cidadão deverá permanecer em cima da mesa do candidato durante toda a prova.
- ✓ O candidato deve começar por rubricar as folhas do caderno de respostas.
- ✓ Os telemóveis deverão ser desligados antes do início da prova, não sendo admissível a utilização de qualquer meio digital ou informático.
- ✓ A prova tem a exata duração de **90 minutos**.
- ✓ Querendo desistir da prova, o candidato apenas poderá abandonar a sala trinta minutos após o início da mesma, devendo entregar a prova (caderno de questões e caderno de respostas) a um dos vigilantes.
- ✓ O candidato poderá iniciar a prova até trinta minutos depois do início da mesma.
- ✓ Não será permitida a realização da prova após essa hora.
- ✓ Quinze minutos antes do termo da prova será feito o correspondente aviso.
- ✓ É permitida a consulta à legislação prevista no anúncio / aviso de abertura de concurso.
- ✓ Como material de escrita, o candidato apenas poderá utilizar caneta ou esferográfica, de tinta azul ou preta.
- ✓ A prova não deve ser desagradada. Se, acidentalmente, tal ocorrer, deve ser imediatamente contactado um dos vigilantes presentes.
- ✓ Não será efetuada a substituição de folhas da prova.
- ✓ Não é permitido o uso de corretor.
- ✓ Se rasurar qualquer uma das respostas múltiplas deverá escrever, em letra legível e por extenso, qual a resposta que considera certa.
- ✓ Não serão consideradas válidas as questões em que:
 - Tenha sido assinalada mais que uma quadrícula;
 - A cruz tenha sido marcada fora da quadrícula;
 - A cruz tenha sido marcada a lápis.

Boa Sorte

1) Contrato de trabalho é aquele pelo qual uma pessoa singular se obriga, mediante retribuição, a prestar a sua atividade intelectual a outra ou outras pessoas, no âmbito de organização e sob a autoridade destas. A presente afirmação é:

a) Verdadeira.

b) Falsa.

2) Selecione a afirmação verdadeira:

a) O contrato de trabalho depende sempre da observância de forma especial, devendo ser reduzido a escrito.

b) O contrato de trabalho não depende da observância de forma especial, salvo quando a lei determina o contrário.

c) O contrato de trabalho não depende nunca de observância de forma especial.

d) O contrato de trabalho depende ou não da observância de forma especial, consoante as vontades das partes.

3) O contrato de trabalho a termo certo pode ser renovado até três vezes e a sua duração não pode exceder 24 meses, quando se tratar de pessoa à procura de primeiro emprego. A presente afirmação é:

a) Verdadeira.

b) Falsa.

4) Selecione a afirmação verdadeira:

a) Considera-se contrato de trabalho temporário o contrato de trabalho a termo celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga, mediante retribuição daquela, a prestar a sua atividade a utilizadores, mantendo-se vinculado à empresa de trabalho temporário.

b) Considera-se contrato de trabalho temporário o contrato de trabalho a termo celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga, mediante retribuição daquela, a prestar a sua atividade a utilizadores, não se mantendo vinculado à empresa de trabalho temporário.

c) Considera-se contrato de trabalho temporário o contrato de trabalho sem termo celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga, mediante retribuição daquela, a prestar a sua atividade a outrem, mantendo -se vinculado à empresa de trabalho temporário.

d) Considera-se contrato de trabalho temporário o contrato de trabalho sem termo celebrado entre uma empresa de trabalho temporário e um trabalhador, pelo qual este se obriga, mediante retribuição daquela, a prestar a sua atividade a utilizadores, não se mantendo vinculado à empresa de trabalho temporário.

5) Selecione a afirmação verdadeira:

a) O contrato de utilização de trabalho temporário é celebrado a termo resolutivo, certo.

b) O contrato de utilização de trabalho temporário é celebrado a termo resolutivo, certo ou incerto.

c) O contrato de utilização de trabalho temporário é sempre celebrado a termo incerto.

d) O contrato de utilização de trabalho temporário nunca é celebrado a termo.

6) Selecione a afirmação verdadeira:

a) O contrato de trabalho temporário não está sujeito a forma escrita.

b) O contrato de trabalho temporário pode ou não revestir a forma escrita.

c) O contrato de trabalho temporário está sujeito a forma escrita.

d) O contrato de trabalho temporário não está sujeito a qualquer forma, se essa for a vontade das partes.

7) Selecione a afirmação verdadeira:

a) O trabalhador temporário não pode ser cedido a mais de um utilizador, ainda que seja titular de contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária, se o contrário não for estabelecido no respetivo contrato.

b) O trabalhador temporário pode ser cedido a mais de um utilizador, ainda que não seja titular de contrato de trabalho por tempo indeterminado para cedência temporária, se o contrário não for estabelecido no respetivo contrato.

c) O trabalhador temporário pode ser cedido a três utilizadores, quando seja titular de contrato de trabalho por tempo determinado para cedência temporária, se o contrário não for estabelecido no respetivo contrato.

d) O trabalhador temporário pode ser cedido a três utilizadores, quando seja titular de contrato de trabalho por tempo determinado para cedência temporária, independentemente do que for estabelecido no respetivo contrato.

8) Selecione a afirmação verdadeira:

a) O empregador, deve elaborar o horário de trabalho do trabalhador e marcar o período das férias que sejam gozadas ao seu serviço.

b) O empregador, deve elaborar o horário de trabalho do trabalhador mas não deve marcar o período das férias ainda que sejam gozadas ao seu serviço.

c) O empregador, não pode elaborar o horário de trabalho do trabalhador nem marcar o período das férias que sejam gozadas ao seu serviço.

d) Nenhuma das respostas está correta.

9) Selecione a afirmação verdadeira:

a) O trabalhador tem direito à retribuição mínima de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável às funções que desempenha ao serviço do utilizador.

b) O trabalhador tem direito à retribuição máxima de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável à empresa de trabalho temporário ou ao utilizador que corresponda às suas funções.

c) O trabalhador tem direito à retribuição mínima de instrumento de regulamentação coletiva de trabalho aplicável à empresa de trabalho temporário ou ao utilizador que corresponda às suas funções ou à praticada por este para trabalho igual ou de valor igual, consoante a que for mais favorável.

d) O trabalhador tem sempre direito à retribuição mínima aplicável à empresa de trabalho temporário ou ao utilizador, independentemente das suas funções, se for praticada por este na empresa de trabalho temporário.

10) Selecione a afirmação verdadeira:

a) Considera-se retribuição o vencimento a que, nos termos do contrato, o trabalhador tem direito como contrapartida do seu trabalho.

b) Considera-se retribuição a prestação a que, nos termos do contrato, das normas que o regem ou dos usos, o trabalhador tem direito, independentemente, da contrapartida do seu trabalho.

c) Considera-se retribuição a prestação a que o trabalhador tem direito em contrapartida do seu trabalho.

d) Considera-se retribuição a prestação a que, nos termos do contrato, das normas que o regem ou dos usos, o trabalhador tem direito em contrapartida do seu trabalho.

11) Selecione a afirmação verdadeira:

a) O valor das prestações retributivas não pecuniárias não pode exceder o da parte em dinheiro, salvo o disposto em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

b) O valor das prestações retributivas não pecuniárias pode exceder o da parte em dinheiro, se não estiver regulado em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

c) O valor das prestações retributivas não pecuniárias pode ser igual à parte em dinheiro, independentemente do disposto em instrumento de regulamentação coletiva de trabalho.

d) O valor das prestações retributivas não pecuniárias pode exceder o da parte em dinheiro, de acordo com a vontade das partes.

12) Selecione a afirmação verdadeira:

a) O empregador pode reduzir temporariamente os períodos normais de trabalho ou suspender os contratos de trabalho, por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos, catástrofes ou outras ocorrências que tenham afetado gravemente a atividade normal da empresa, desde que tal medida seja indispensável para assegurar a viabilidade da empresa e a manutenção dos postos de trabalho.

b) O empregador não pode reduzir os períodos normais de trabalho ou suspender os contratos de trabalho, por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos, catástrofes ou outras ocorrências mesmo que tenham afetado gravemente a atividade normal da empresa.

c) O empregador só pode reduzir os períodos normais de trabalho ou suspender os contratos de trabalho, por motivos de mercado, que tenham afetado gravemente a atividade normal da empresa, desde que tal medida seja indispensável para assegurar a viabilidade da empresa e a manutenção dos postos de trabalho.

d) O utilizador pode reduzir temporariamente os períodos normais de trabalho ou suspender os contratos de trabalho, por motivos de mercado, estruturais ou tecnológicos, catástrofes ou outras

ocorrências que tenham afetado gravemente a atividade normal da empresa, desde que tal medida seja indispensável para assegurar a viabilidade da empresa e a manutenção dos postos de trabalho.

13) Selecione a afirmação verdadeira:

a) A redução ou suspensão deve ter uma duração previamente definida, não superior a três meses ou, em caso de catástrofe ou outra ocorrência que tenha afetado gravemente a atividade normal da empresa, meio ano.

b) A redução ou suspensão não tem de ter uma duração previamente definida.

c) A redução ou suspensão deve ter uma duração previamente definida, conforme o que for acordado pelas partes interessadas.

d) A redução ou suspensão deve ter uma duração previamente definida, não superior a seis meses ou, em caso de catástrofe ou outra ocorrência que tenha afetado gravemente a atividade normal da empresa, um ano.

14) O direito à Segurança Social não pode ser renunciado exceto por acordo escrito do trabalhador. A presente afirmação é:

a) Verdadeira.

b) Falsa.

15) O sistema de segurança social é constituído pelo sistema de proteção social de cidadania e pelo sistema complementar. A presente afirmação é:

a) Verdadeira

b) Falsa

16) O subsistema previdencial visa garantir, assente no princípio de solidariedade de base profissional, prestações pecuniárias substitutivas de rendimentos de trabalho perdido em consequência da verificação das eventualidades legalmente definidas. A presente afirmação é:

a) Verdadeira

b) Falsa

17) O sistema complementar compreende um regime público de capitalização e regimes complementares de iniciativa individual. A presente afirmação é:

a) Verdadeira

b) Falsa



18) O programa de reinserção do rendimento social de inserção é constituído por um conjunto de ações destinadas à gradual integração social dos titulares desta medida, bem como dos membros do seu agregado familiar. A presente afirmação é:

a) Verdadeira

b) Falsa

19) O valor do rendimento social de inserção é indexado ao montante legalmente fixado para a pensão social do sistema de solidariedade. A presente afirmação é:

a) Verdadeira

b) Falsa

20) No âmbito dos regimes de segurança social, compete ao Ministério da Segurança Social e do Trabalho proceder à fiscalização da aplicação do rendimento social de inserção. A presente afirmação é:

a) Verdadeira

b) Falsa

21) A decisão sobre o requerimento para reconhecimento do direito ao rendimento social de inserção e de atribuição da prestação, bem como o respetivo pagamento, incumbe à entidade fiscalizadora da segurança social da área de residência do requerente. A presente afirmação é:

a) Verdadeira

b) Falsa

22) **Selecione a afirmação verdadeira:**

a) A proteção na eventualidade doença realiza-se mediante a atribuição de prestações pecuniárias, ou em espécie, destinadas a compensar a perda de remuneração, em consequência de incapacidade temporária para o trabalho.

b) A proteção na eventualidade doença realiza-se mediante a atribuição de prestações destinadas a compensar a perda de remuneração, em consequência de incapacidade definitiva para o trabalho.

c) A proteção na eventualidade doença realiza-se mediante a atribuição de prestações destinadas a compensar a perda de remuneração presumida, em consequência de incapacidade temporária para o trabalho

d) A proteção na eventualidade doença realiza-se mediante a atribuição de prestações destinadas a compensar a perda de remuneração, ainda que não haja incapacidade definitiva para o trabalho.

23) Seleccione a afirmação verdadeira:

a) A atribuição do subsídio de doença depende de os beneficiários, à data do início da incapacidade temporária para o trabalho, terem cumprido um prazo de garantia de três meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações.

b) A atribuição do subsídio de doença depende de os beneficiários, à data do início da incapacidade temporária para o trabalho, terem cumprido um prazo de garantia de seis meses civis, seguidos ou interpolados, com registo de remunerações.

c) A atribuição do subsídio de doença depende de os beneficiários, à data do início da incapacidade temporária para o trabalho, terem cumprido um prazo de garantia de um ano civil seguido, com registo de remunerações.

d) A atribuição do subsídio de doença depende de os beneficiários, à data do início da incapacidade temporária para o trabalho, terem cumprido um prazo de garantia de três meses civis seguidos, ainda que sem registo de remunerações.

24) Seleccione a afirmação verdadeira:

a) Os beneficiários abrangidos pelo regime de proteção na doença não se podem ausentar do seu domicílio durante o período de incapacidade fixado, salvo em caso de tratamento ou em caso de autorização médica expressa no documento de certificação de incapacidade temporária para o trabalho nos períodos entre as 12 e as 15 e entre as 17 e as 19 horas.

b) Os beneficiários abrangidos pelo regime de proteção na doença não se podem ausentar do seu domicílio durante o período de incapacidade fixado, salvo em caso de tratamento ou em caso de autorização médica expressa no documento de certificação de incapacidade temporária para o trabalho nos períodos entre as 10 e as 13 e entre as 18 e as 20 horas.

c) Os beneficiários abrangidos pelo regime de proteção na doença não se podem ausentar do seu domicílio durante o período de incapacidade fixado, salvo em caso de tratamento ou em caso de autorização médica expressa no documento de certificação de incapacidade temporária para o trabalho nos períodos entre as 11 e as 15 e entre as 18 e as 21 horas.

d) Os beneficiários abrangidos pelo regime de proteção na doença podem-se sempre ausentar do seu domicílio durante o período de incapacidade fixado, em caso de tratamento ou em caso de autorização médica expressa no documento de certificação de incapacidade temporária para o trabalho.

25) Seleccione a afirmação verdadeira:

- a) A reparação da eventualidade de desemprego dos beneficiários abrangidos pelo regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem é efetivada mediante a atribuição de remunerações.
- b) A reparação da eventualidade de desemprego dos beneficiários abrangidos pelo regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem ou por conta própria, é efetivada mediante a atribuição de equivalências.
- c) A reparação da eventualidade de desemprego dos beneficiários abrangidos pelo subsistema de ação social de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem é efetivada mediante a atribuição de prestações.

d) A reparação da eventualidade de desemprego dos beneficiários abrangidos pelo regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem é efetivada mediante a atribuição de prestações.

26) Seleccione a afirmação verdadeira:

- a) O montante mensal do subsídio de desemprego não pode ser superior ao dobro da retribuição mínima mensal garantida nem inferior a essa retribuição mínima.
- b) O montante mensal do subsídio de desemprego não pode ser superior ao dobro da retribuição mínima mensal garantida mas pode ser inferior a essa retribuição mínima.
- c) O montante mensal do subsídio de desemprego depende da remuneração, efetivamente, recebida pelo beneficiário, não tendo qualquer limitação.
- d) O montante mensal do subsídio de desemprego não pode ser superior ao triplo da retribuição mínima mensal garantida nem inferior a essa retribuição mínima.

Nota: O Júri deliberou atribuir a pontuação total desta questão a todos os candidatos em virtude de se ter detetado um lapso na redação das várias opções.

27) Seleccione a afirmação verdadeira:

- a) O subsídio social de desemprego subsequente a que os beneficiários tenham direito pode ser pago globalmente, por uma só vez, nos casos em que os interessados apresentem projeto de criação do próprio emprego.

b) O subsídio de desemprego ou o subsídio social de desemprego inicial a que os beneficiários tenham direito pode ser pago globalmente, por uma só vez, nos casos em que os interessados apresentem projeto de criação do próprio emprego.

c) O subsídio de desemprego ou o subsídio social de desemprego subsequente a que os beneficiários tenham direito pode ser pago globalmente, por duas vezes, nos casos em que os interessados apresentem projeto de criação do próprio emprego.

d) O subsídio de desemprego ou o subsídio social de desemprego subsequente a que os beneficiários tenham direito nunca pode ser pago globalmente, mesmo nos casos em que os interessados apresentem projeto de criação do próprio emprego.

28) Nos termos do n.º 2 do artigo 2.º do CSC, as sociedades comerciais são obrigadas a adotar um dos seguintes tipos de sociedade: sociedade em nome coletivo, sociedade por quotas, sociedade anónima, sociedade em comandita simples ou sociedade em comandita por ações.

a) A afirmação é verdadeira pois vigora o princípio da tipicidade

b) A afirmação é falsa, pois vigora o princípio da liberdade contratual

29) Pelas obrigações sociais respondem:

a) Os sócios das sociedades por quotas

b) Os sócios das sociedades por quotas e nas sociedades anónimas

c) Os sócios das sociedades anónimas

d) Os sócios das sociedades em nome coletivo e nalguns casos os sócios das sociedades por quotas

30) Joaquim e Luísa acordaram constituir uma sociedade comercial por quotas destinada ao comércio de artigos de papelaria, com o capital social de 200,00. Luísa pretende contribuir com a sua força de trabalho já que tem muita experiência em vendas.

a) A pretensão de Luísa viola as disposições do CSC uma vez que não são permitidas entradas em espécie.

b) O Princípio da liberdade contratual autoriza aos sócios a acordarem livremente os termos do contrato social.

c) A pretensão da Luísa é válida se configurar uma obrigação de prestação acessória constante do contrato da sociedade a par da entrada em dinheiro ou em espécie que lhe caiba.

d) A pretensão da Luísa é válida se configurar uma obrigação de prestação acessória constante do contrato da sociedade a par da entrada em dinheiro que lhe caiba.

31) A obrigação de prestações suplementares é:

a) Sempre admitida

b) Admitida se o contrato social o permitir e em conjunto com a obrigação de prestações acessórias

c) Admitida numa sociedade por quotas se o contrato social o permitir

d) Nunca é admitida

32) António, Fernando, Maria e Teresa decidiram constituir uma sociedade comercial tendo em vista o desenvolvimento da atividade de organização de eventos. Qual a forma que deverá adotar a sociedade?

a) Sociedade anónima

b) Sociedade por quotas

c) Sociedade Unipessoal

d) Qualquer uma das anteriores

33) Pode uma sociedade fazer parte do órgão de administração de outra sociedade?

a) Sim, desde que nomeie uma pessoa singular para exercer o cargo em nome dela

b) Não, os órgãos de administração têm de ser constituídos por pessoas singulares

c) Sim, desde que nomeie uma pessoa singular para exercer o cargo em nome próprio

d) Todas as anteriores estão erradas

34) É considerado em situação de insolvência o devedor que:

a) Se encontre impossibilitado de cumprir as obrigações com fornecedores

b) Se encontre impossibilitado de cumprir as suas obrigações vencidas

c) Se encontre impossibilitado de cumprir as obrigações bancárias

d) Tenha um Passivo superior ao saldo de Depósitos à Ordem

35) A finalidade do processo de Insolvência é

a) A liquidação do património de um devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores

b) A liquidação do património de um devedor insolvente e a satisfação destes através de um plano de insolvência que se baseie na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente

c) A liquidação do património de um devedor insolvente e a repartição do produto obtido pelos credores ou a satisfação destes através de um plano de insolvência que se baseie na recuperação da empresa compreendida na massa insolvente.

d) Nenhuma das anteriores

36) Constitui a massa insolvente da empresa “No charco, L.da”:

a) A soma do saldo bancário de todas as contas do devedor à data da insolvência

b) As dívidas de clientes recebidas após a data da insolvência

c) Os imóveis registados em nome da empresa

d) Todas as anteriores

37) O processo de insolvência:

a) É um processo de execução universal

b) É um processo que goza de carácter de urgência

c) Admite medidas cautelares

d) Todas as anteriores

38) De acordo com o SNC, os montantes pagos a trabalhadores independentes pela sua prestação de serviços, devem ser registados na conta:

a) 6224 – Fornecimentos e Serviços Externos – Honorários

b) 6221 - Fornecimentos e Serviços Externos – Trabalhos Especializados

c) 6224 ou 6221 dependendo do tipo de serviço contratado

d) 632 – Remunerações do pessoal

39) Numa ação inspetiva tendente a identificar o pagamento de remunerações que indevidamente não foram sujeitas a contribuições e quotizações, deve-se auditar:

a) As contas 6224 – FSE Honorários e 63 - Gastos com pessoal

b) As contas 6224 – FSE Honorários, 63 - Gastos com pessoal, 6251 - Deslocações e estadas e 6266 – Despesas de Representação

c) Nenhuma das anteriores

d) Apenas as contas 63 – Gastos com pessoal

40) O SNC aplica-se a:

a) Todas as sociedades comerciais com volume de negócios superior a €50.000,00

b) Sociedades abrangidas pelo CSC, empresas individuais reguladas pelo CCom, EIRL, Empresas Públicas, Cooperativas e ACE's e AEIE's, Entidades Bancárias e Seguradoras

c) Sociedades abrangidas pelo CSC, empresas individuais reguladas pelo CCom, Entidades Bancárias e Seguradoras

d) Sociedades abrangidas pelo CSC, empresas individuais reguladas pelo CCom, EIRL, Empresas Públicas, Cooperativas e ACE's e AEIE's

41) Consideram-se benefícios dos empregados:

a) Salários e contribuições para a Segurança Social

b) Participação nos lucros e bónus, se pagáveis dentro de doze meses do final do período

c) Benefícios de cessação de emprego

d) Todas as anteriores

42) As Entidades Empregadoras são obrigadas a reconhecer contabilisticamente os vencimentos dos empregados como gasto, quando:

a) Quando são pagos

b) Quando a entidade empregadora quiser

c) Todos os meses independentemente do pagamento

d) Não são obrigados a reconhecer

43) No processamento de vencimentos deve movimentar:

a) A Débito as contas 632 e 635 e a Crédito as contas 2312, 242 e 245

- b) A Débito a conta 632 e a Crédito as contas 2312, 242 e 245
- c) A Débito as contas 632 e 635 e a Crédito as contas 2312 e 245
- d) A Débito as contas 632 e 635 e a Crédito as contas 11, 2312, 242 e 245

44) O pagamento por cheque de vencimentos implica o registo nas contas:

- a) A Débito a conta 2312 e a crédito a conta 11.1
- b) A Débito a conta 632 e a crédito a conta 11.1

c) A Débito a conta 2312 e a crédito a conta 12.1

- d) A Débito a conta 632 e a crédito a conta 12.1

45) Resultado operacional

- a) Respeita aos excedentes obtidos na atividade principal da empresa
- b) É a diferença entre os rendimentos e os gastos operacionais

c) As duas anteriores

- d) Permite evidenciar a capacidade de negócio da empresa em gerar excedentes com capitais próprios

46) São abrangidos pelo regime geral dos trabalhadores por conta de outrem, com caráter de obrigatoriedade:

- a) os trabalhadores que exercem atividade profissional remunerada ao abrigo de contrato de trabalho nos termos do disposto no Código do Trabalho;
- b) as pessoas singulares que em função das características específicas da atividade exercida sejam, nos termos do Código Contributivo, consideradas em situação equiparada à dos trabalhadores por conta de outrem para efeitos da relação jurídica de segurança social;

c) As pessoas referidas nas duas respostas anteriores;

- d) As pessoas que exerçam atividade profissional por conta própria geradora de rendimentos a que se reportam os artigos 3.º e 4.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares;

47) A admissão dos trabalhadores é obrigatoriamente comunicada pelas entidades empregadoras à instituição de segurança social competente. Em situações normais, esta comunicação deve ser efetuada:

a) Nas vinte e quatro horas anteriores ao início da produção de efeitos do contrato de trabalho;

b) Entre a data da celebração do contrato de trabalho e o fim da primeira metade do período normal de trabalho diário;

c) Até ao fim da primeira metade do período normal de trabalho do 1.º dia útil seguinte ao do início de produção de efeitos do contrato de trabalho;

d) No prazo legal para entrega da declaração de remunerações relativa ao mês em que tenha ocorrido a admissão

48) As comissões que os trabalhadores do Stand de Automóveis XXX auferem (para além da remuneração mensal) por cada carro que vendem não integram a base de incidência contributiva porque não são previsíveis e variam todos os meses. A afirmação apresentada é:

a) Verdadeira

b) Falsa

49) Os particulares têm direito de requerer a revogação ou a modificação dos atos administrativos que tenham determinado a elaboração oficiosa de declarações de remunerações. Esse direito pode ser exercido mediante:

- reclamação para o autor do ato,

- recurso para o superior hierárquico do autor do ato, para o órgão colegial de que este seja membro, ou para o delegante ou subdelegante.

- impugnação judicial. A afirmação apresentada é:

a) Verdadeira

b) Falsa

50) A obrigação contributiva constitui-se com o início do exercício de atividade profissional pelos trabalhadores ao serviço das entidades empregadoras e vence-se:

a) No último dia de cada mês do calendário;

b) No dia de pagamento da remuneração aos trabalhadores;

c) Até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que diga respeito.

d) Até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que diga respeito;

51) Identifique qual das situações se considera equivalente à entrada de contribuições, durante o período em que se verifique:

a) Incapacidade temporária absoluta para o trabalho por acidente de trabalho que não dê direito à atribuição de indemnização;

b) Incapacidade temporária para o trabalho sem direito à atribuição de subsídio de doença ou à concessão provisória do mesmo subsídio;

c) Desemprego que dê direito à atribuição dos respetivos subsídios, salvo se o seu montante for pago de uma só vez;

d) Nenhuma das respostas anteriores está correta;

52) As entidades contribuintes são obrigadas a declarar à segurança social, em relação a cada um dos trabalhadores ao seu serviço, o valor da remuneração que constitui a base de incidência contributiva, os tempos de trabalho que lhe corresponde e a taxa contributiva aplicável. A afirmação apresentada é:

a) Verdadeira

b) Falsa

53) A não inclusão de trabalhador na declaração de remunerações constitui:

a) Contraordenação leve;

b) Contraordenação grave;

c) Contraordenação muito grave;

d) Mera irregularidade sem consequência legalmente prevista;

54) As entidades contribuintes devem entregar a declaração de remunerações:

a) Até ao dia 10 do mês seguinte àquele a que diga respeito;

b) Até ao dia 15 do mês seguinte àquele a que diga respeito;

c) Do dia 10 até ao dia 20 do mês seguinte àquele a que diga respeito;

d) Até ao dia 15 do mês seguinte àquele em que foi efetuado o pagamento das remunerações a declarar;

55) A obrigação contributiva compreende:

- a) A declaração dos tempos de trabalho e das remunerações pagas aos trabalhadores e o pagamento das contribuições e das quotizações;
- b) A declaração dos tempos de trabalho e das remunerações devidas aos trabalhadores;
- c) A declaração dos tempos de trabalho, das remunerações devidas aos trabalhadores e o pagamento das contribuições e das quotizações;**
- d) O pagamento das contribuições e das quotizações;

56) Para além do Código Contributivo, o procedimento observado no suprimento ou correção oficiosa das declarações de remunerações é o definido:

- a) Na Lei Geral Tributária;
- b) No Código do Procedimento Administrativo;**
- c) No Regime Geral das Infrações Tributárias;
- d) No Código de Procedimento e Processo Tributário;

57) Nas situações em que a entidade empregadora não declara à instituição de segurança social competente a cessação ou a suspensão de contrato de trabalho e o motivo que lhes deu causa e tais circunstâncias não são do conhecimento oficioso do sistema de segurança social:

- a) Mantém-se a obrigação contributiva, presumindo-se a existência da relação laboral enquanto não for efetuada aquela declaração;**
- b) Presume-se a cessação do contrato de trabalho a partir do mês em que o trabalhador deixou de ser incluído nas declarações de remunerações;
- c) A entidade empregadora fica impedida de admitir trabalhadores até efetuar a declaração em falta;
- d) Não há qualquer consequência porque aquela declaração não é obrigatória;

58) O suprimento oficioso da declaração de remunerações ocorre, designadamente, quando a entidade empregadora não apresente declaração de remunerações ou omita trabalhador ou valores devidos aos trabalhadores que integram a base de incidência contributiva. A afirmação apresentada é:

- a) Verdadeira**
- b) Falsa

59) Nos procedimentos que visem o suprimento oficioso de declaração de remunerações em que, apesar da confirmação do exercício de atividade profissional por conta de outrem, se constata a falta de elementos relativos à remuneração base dos trabalhadores:

a) Conclui-se o procedimento sem proceder ao suprimento oficioso por falta de elementos essenciais;

b) O valor das remunerações a considerar será o da retribuição mínima mensal garantida, reportada a 30 dias de trabalho;

c) O valor das remunerações a considerar será o correspondente ao dos outros trabalhadores com a mesma categoria profissional;

d) Nenhuma das anteriores respostas está correta;

60) Para além da remuneração base, a entidade empregadora AAA paga aos seus trabalhadores um prémio em função do cumprimento ou superação de metas individuais, estabelecidas contratualmente mediante a definição de critérios objetivos. Em função daquela condição, nos últimos 2 anos houve vários meses em que não foi pago qualquer prémio, tendo também sido verificada a variação dos montantes pagos consoante as metas tenham sido superadas ou cumpridas. Tendo presente a situação exposta, selecione a afirmação verdadeira:

a) Os prémios integram a base de incidência contributiva porque se tratam de prémios de produtividade pagos com carácter de regularidade;

b) Os prémios não integram a base de incidência contributiva porque, apesar de se tratar de prémios de produtividade, não têm carácter de regularidade;

c) Apenas integram a base de incidência contributiva os prémios que tenham sido pagos pelo mesmo valor e ao mesmo trabalhador durante, pelo menos, três meses consecutivos;

d) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

61) Sem prejuízo da obtenção de prova de que resulte a data em que teve, efetivamente, início a prestação do trabalho, a falta de cumprimento da obrigação de comunicar a admissão de trabalhador implica:

a) Presunção de que o trabalhador iniciou a prestação de trabalho ao serviço da entidade empregadora faltosa no 1.º dia do 6.º mês anterior ao da verificação do incumprimento.



b) No caso de o trabalhador se encontrar a receber prestações de doença ou de desemprego, presume-se que a prestação de trabalho teve início na data em que começaram a ser concedidas as referidas prestações;

c) A prática de contraordenação leve quando a obrigação referida seja cumprida nas vinte e quatro horas subsequentes ao termo do prazo e contra -ordenação grave nas demais situações.

d) Todas as consequências constantes nas respostas a), b) e c)

62) Entre outros, são obrigatoriamente abrangidos pelo regime geral dos trabalhadores por conta de outrem com as especificidades previstas legalmente para os membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas e entidades equiparadas:

a) Os administradores, diretores e gerentes das sociedades e das cooperativas;

b) Os membros de órgãos estatutários de pessoas coletivas sem fim lucrativo que não recebam pelo exercício da respetiva atividade qualquer tipo de remuneração;

c) Os sócios que, nos termos do pacto social, detenham a qualidade de gerentes mas não exerçam de facto essa atividade, nem auferam a correspondente remuneração;

d) Os liquidatários judiciais;

63) Os membros de órgãos estatutários de pessoas coletivas com fins lucrativos que não recebam, pelo exercício da respetiva atividade, qualquer tipo de remuneração e se encontrem abrangidos por regime obrigatório de proteção social em função do exercício de outra atividade em acumulação com aquela e pela qual auferam rendimento superior a uma vez o valor do IAS, são excluídos do regime de segurança social dos membros dos órgãos estatutários de pessoas coletivas. A afirmação apresentada é:

a) Verdadeira

b) Falsa

64) Sem prejuízo do disposto no regime geral, a base de incidência contributiva a considerar para os membros dos órgãos estatutários das pessoas coletivas corresponde:

a) Ao valor das remunerações efetivamente auferidas, com o limite mínimo igual ao valor do IAS e o limite máximo igual a 12 vezes o valor do IAS.

b) Ao valor do IAS

c) Ao valor das remunerações efetivamente auferidas;



d) Ao valor do IAS ou à remuneração efetivamente auferida, consoante a opção da entidade empregadora, formalizada nos termos legais;

65) Os trabalhadores que acumulem trabalho por conta de outrem com atividade profissional independente para a mesma empresa ou para empresa do mesmo agrupamento empresarial,

a) São exclusivamente abrangidos pelo regime geral dos trabalhadores por conta de outrem, correspondendo a base de incidência contributiva referente à atividade profissional independente ao montante ilíquido dos honorários devidos pelo seu exercício.

b) São enquadrados cumulativamente no regime geral dos trabalhadores por conta de outrem e no regime de trabalhadores independentes, ficando isentos do pagamento de contribuições neste último

c) São enquadrados cumulativamente no regime geral dos trabalhadores por conta de outrem e no regime de trabalhadores independentes, contribuindo também cumulativamente para os dois regimes;

d) São exclusivamente abrangidos pelo regime dos trabalhadores independentes;

66) São obrigatoriamente abrangidos pelo regime dos trabalhadores independentes as pessoas singulares que exerçam atividade profissional sem sujeição a contrato de trabalho ou a contrato legalmente equiparado, ou se obriguem a prestar a outrem o resultado da sua atividade, e não se encontrem por essa atividade abrangidos pelo regime geral de segurança social dos trabalhadores por conta de outrem e, além destes, os respetivos cônjuges que com eles exerçam efetiva atividade profissional com caráter de regularidade e de permanência. A afirmação apresentada é:

a) Verdadeira

b) Falsa

67) A obrigação do pagamento das contribuições e das quotizações, respetivos juros de mora e outros valores devidos à segurança social, no âmbito da relação jurídico-contributiva, prescreve no prazo de

a) 3 anos a contar da data em que aquela obrigação deveria ter sido cumprida.

b) 5 anos a contar da data em que aquela obrigação deveria ter sido cumprida

c) 10 anos a contar da data em que aquela obrigação deveria ter sido cumprida

d) 15 anos a contar da data em que aquela obrigação deveria ter sido cumprida

68) Para efeitos do Código Contributivo, constitui contraordenação todo o facto ilícito e censurável nele previsto e na legislação que o regulamenta que preencha um tipo legal para o qual se comine uma coima, considerando-se o mesmo praticado:

a) No momento em que o agente atuou ou, no caso de omissão, deveria ter atuado;

b) No momento em que o agente atuou ou, no caso de omissão, no primeiro dia após o termo do prazo em que deveria ter atuado;

c) No momento em que o resultado típico se tenha produzido

d) Nenhuma das respostas anteriores está correta

69) A entidade empregadora “ABC” não incluiu nas declarações de remunerações remetidas à segurança social, de forma intencional, todos os valores que entregou aos seus trabalhadores para remunerar a prestação de horas extraordinárias. Com tal procedimento, conseguiu uma redução no valor das contribuições a pagar no valor mensal de 3000 €. A conduta descrita é passível de:

a) Indiciar a prática do crime de burla tributária;

b) Indiciar a prática do crime de fraude contra a segurança social

c) Indiciar a prática do crime de abuso de confiança contra a segurança social

d) Ser punida, exclusivamente, a título contraordenacional.

70) Independentemente da verificação de condições objetivas de punibilidade, praticam o crime de abuso de confiança contra a segurança social as entidades empregadoras que, tendo deduzido do valor das remunerações devidas a trabalhadores e membros dos órgãos sociais o montante das contribuições por estes legalmente devidas, não o entreguem, total ou parcialmente, às instituições de segurança social. A afirmação apresentada é:

a) Verdadeira

b) Falsa

FIM